



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social e ruralidades em
tempos de emergências climáticas



GT

GT11

Mulheres do campo, das águas, das florestas e da agricultura urbana em tempos de emergências climáticas: experiências de resistência e reconstrução dos territórios



Realização





1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS RURAIS FEMINISTAS NO BRASIL E A REDE DE ESTUDOS RURAIS: UMA ANÁLISE DAS TRANSFORMAÇÕES RECENTES

Butto, Andrea¹
Herrera, Karolyna²
Terto, Julia³

RESUMO

O artigo analisa a institucionalização dos estudos rurais feministas no Brasil, destacando sua consolidação acadêmica e articulação com associações científicas como a Rede de Estudos Rurais. A partir do mapeamento de 49 grupos de pesquisa ativos com enfoque em ruralidades, gênero e feminismo, evidencia-se a ampliação territorial e teórica do campo, com predominância de coordenadoras mulheres e abordagens interseccionais. A análise inclui também a presença crescente desses estudos nos encontros da Rede, culminando na criação de grupos de trabalho específicos. Temas como divisão sexual do trabalho, agroecologia, políticas públicas e protagonismo feminino foram recorrentes nas últimas décadas. O artigo integra os resultados preliminares do projeto “Estudos Rurais Feministas, Memória e Políticas Públicas” e contribui para a compreensão das transformações recentes e desafios contemporâneos enfrentados por esse campo no Brasil.

Palavras-chave: Estudos Rurais Feministas; Gênero; Ruralidades; Institucionalização Acadêmica

APRESENTAÇÃO

Os estudos rurais constituem uma área consolidada na produção acadêmica brasileira, com uma trajetória marcada pela integração de temas centrais em análises cada vez mais complexas sobre o campesinato, em diálogo com os processos sociais e políticos do país⁴. Desde o final da primeira década

¹ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), andrea.zarzar@ufrpe.br

² Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), karolyna.herrera@ufsc.br

³ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), julia.terto@ufrpe.br

⁴ A partir do final dos anos 1960, prevaleceu o debate sobre a formação social brasileira e o campesinato, os impactos da modernização agrícola e, por consequência dessas transformações, a decomposição ou diferenciação do campesinato. No momento da redemocratização do país, a agricultura familiar e sua relação com o Estado e os novos sujeitos



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



após a inauguração desse campo de discussão, a produção acadêmica sobre mulheres e ruralidades ganhou destaque, reunindo uma ampla gama de estudos que articularam debates teóricos das ciências sociais – especialmente sobre campesinato e relações de gênero – com ênfase nas interações entre trabalho e família. Essa produção ocupou um importante lugar nos debates sobre a diferenciação do campesinato, contribuindo particularmente para a reflexão sobre a divisão sexual do trabalho e as estratégias de reprodução social (Butto, 2023). A inclusão das relações de gênero nas análises sobre o campesinato sublinhou a necessidade de abordagens interdisciplinares para a compreensão desse objeto de estudo.

Essa produção intelectual também foi profundamente influenciada pela ação coletiva das mulheres, destacando temas como previdência social e o reconhecimento das trabalhadoras rurais. Tais questões, fortemente presentes nas plataformas dos movimentos sociais, atraíram a atenção dos estudos acadêmicos e dialogam com as transformações no Estado brasileiro, sobretudo no que tange à formulação e ao desenvolvimento de políticas públicas (Siliprandi; Cintrão, 2015).

A partir dos anos 2000, impulsionados pelo processo de democratização e pela ascensão de governos populares, os estudos rurais ganharam novo fôlego, com a criação de associações científicas específicas e multidisciplinares. Os estudos rurais feministas acompanharam esse movimento, crescendo em diálogo estreito com o apoio do governo federal, particularmente por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Diversas iniciativas surgiram para fomentar a produção de conhecimento sobre a realidade das mulheres agricultoras e as políticas públicas, articulando a academia e as organizações de mulheres rurais.

O MDA, em especial através da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais, promoveu mapeamento da produção acadêmica em estudos feministas e de gênero no meio rural em 2010, a partir do levantamento de artigos e resumos em eventos acadêmicos (BUTTO, MOURÃO, 2010). Também foram criados espaços pioneiros de interlocução entre a academia e o governo federal, reunindo pesquisadoras de associações científicas e redes de pesquisa.

Para incentivar a difusão da produção científica, foi lançado o Prêmio Margarida Alves, em parceria com associações científicas das ciências sociais e movimentos sociais⁵. Diversos encontros, como os realizados pela Associação

políticos emergem nos debates, além de temas como a luta pela terra e a pluriatividade (WANDERLEY, 2011).

⁵ Inicialmente o Prêmio Margaridas Alves envolveu a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), a Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e a Associação Brasileira de Sociologia (SBS) sob coordenação do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília e posteriormente foram alargadas as parcerias com instituições



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), pela Rede de Estudos Rurais (REDOR) e pela Universidade de Araraquara (UNIARA), promoveram mesas-redondas sobre mulheres do campo, das florestas e das águas, e políticas públicas.

Entretanto, essas iniciativas foram descontinuadas após o golpe parlamentar de 2016, acompanhando o desmantelamento das políticas públicas voltadas às mulheres e à agricultura familiar no país (GRISA; SCHNEIDER, 2025). Apesar dos retrocessos, os avanços anteriores e a interiorização das universidades federais, promovida durante os governos populares, ajudaram a fortalecer esse campo de estudos. Mesmo diante dos ataques recentes à educação superior, as universidades seguiram ativas, desempenhando papel central na análise crítica dos desmontes e das resistências, demonstrando que, apesar das adversidades, a produção acadêmica e da sociedade civil não apenas se consolidou, mas também expandiu sua agenda, incluindo temas como o cuidado (Herrera, 2019) e as relações entre Estado e políticas públicas (Mourão, 2023).

Com a retomada do governo por setores populares, iniciativas anteriores foram reativadas, incluindo parcerias com instituições federais de ensino para qualificar e ampliar os estudos na área. Destaca-se, nesse contexto, o projeto de pesquisa "Estudos Rurais Feministas, Memória e Políticas Públicas", que prevê dentre outras ações o mapeamento de grupos de pesquisa dedicados ou com linhas específicas sobre o tema, a atualização da bibliografia e da produção acadêmica e da sociedade civil, além da sistematização e difusão desses conhecimentos. O projeto também contempla a retomada do financiamento de pesquisas por meio da reedição do Prêmio Margarida Alves. Neste trabalho apresentamos os primeiros resultados do projeto de pesquisa que investiga parte da configuração atual dos estudos rurais feministas no Brasil.

Nas últimas décadas, observou-se uma ampliação e institucionalização desse campo de estudos e pesquisas que pode ser evidenciada pelo surgimento de grupos de pesquisa e de espaços específicos de debate acadêmico nas associações científicas, uma transformação que ainda carece de análises sistemáticas.

Este artigo propõe analisar parte dessas mudanças, com foco na existência e atuação de grupos de estudos e pesquisas em universidades federais e em redes acadêmicas para caracterizar o campo de estudos rurais feministas, identificando as instituições envolvidas, a sua distribuição regional e as associações científicas que abarcam temas relacionados a gênero,

federais de ensino e associações científicas. A partir da iniciativa de movimentos sociais foi incluída uma sessão de depoimento de forma a promover a difusão de relatos populares que também se fortaleceu com o apoio a publicações da sociedade civil organizada em parceria com diversas instituições superiores de ensino



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



feminismo e ruralidades, bem como a análise de uma das redes em que estas reflexões acadêmicas têm se concentrado no último período. As questões norteadoras deste artigo foram: qual é a configuração atual desse campo de estudos? Quais instituições e regiões se destacam? Considerando a prevalência de estudos da área na Rede de Estudos Rurais, como esses estudos foram incorporados em seus congressos, eventos e publicações, e de que maneira o fizeram? Procuramos responder a essas perguntas a partir dos resultados preliminares obtidos na pesquisa.

GRUPOS DE PESQUISA

Para identificar a institucionalização dos estudos rurais feministas, realizamos uma busca sistemática no Diretório de Grupos de Pesquisa no Brasil (DGP/CNPq) entre março e abril de 2025, utilizando como critérios as palavras-chave: Rural, Gênero, Mulher, Mulheres, Agroecologia, Feminismo e Agricultura Familiar. A escolha dessas palavras permitiu captar a diversidade de abordagens teóricas e empíricas mobilizadas pelos grupos de pesquisa, bem como evidenciar a inserção das temáticas de gênero em estudos sobre ruralidades, agricultura familiar, agroecologia e desenvolvimento rural. Foram considerados grupos ativos, tanto certificados quanto não certificados, abrangendo também aqueles em reestruturação ou com pendências cadastrais, a fim de garantir um panorama mais amplo das iniciativas em curso.

A seleção baseou-se na análise qualitativa das informações declaradas nos perfis dos grupos no diretório, com ênfase nas linhas de pesquisa. Incluímos apenas os grupos que apresentavam vínculo explícito com os temas de gênero e/ou feminismo no contexto rural. Esse mapeamento representa uma etapa preliminar essencial para a análise da conformação de redes acadêmicas e da produção de conhecimento crítico sobre as desigualdades de gênero no campo brasileiro.

Identificamos 49 grupos de pesquisa voltados a temas relacionados ao meio rural e às ruralidades com enfoque em gênero. O grupo mais antigo remonta a 1989, e desde então observa-se crescimento contínuo dessas iniciativas, com destaque para a década de 2010, período marcado pela expansão de políticas públicas voltadas ao meio rural, pelo fortalecimento dos movimentos sociais de mulheres rurais e pela interiorização das universidades públicas. Esse contexto, somado à renovação dos quadros docentes, favoreceu o aumento do número de grupos e a ampliação da pesquisa em diferentes regiões do país.

A predominância de mulheres na coordenação dos grupos reflete a centralidade da trajetória, experiência e militância femininas na construção do conhecimento sobre gênero e ruralidades. Em muitos casos, os grupos são liderados exclusivamente por mulheres. A área com maior concentração de



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas

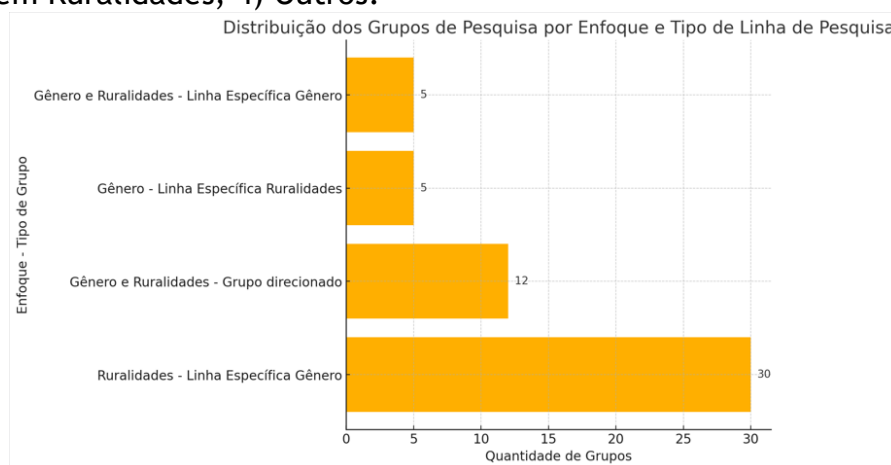


grupos e com atuação mais antiga é a Sociologia, com 14 grupos ativos criados nos anos 1990 e início dos anos 2000, seguida pela Agronomia (6 grupos), Educação (5) e Antropologia (4), estes todos estabelecidos após 2010. A opção metodológica por considerar apenas grupos ativos no sistema implicou na exclusão de iniciativas de pesquisadoras historicamente reconhecidas, mas que não figuram atualmente com cadastro ativo.

O projeto “Estudos Rurais Feministas, Memória e Políticas Públicas” concentra seus esforços na análise dos grupos ativos, mas reconhece a relevância histórica das pesquisadoras que contribuíram para a consolidação do campo. Uma de suas linhas estruturantes é justamente a construção da memória intelectual da área. Assim, em etapas futuras, o projeto contemplará o legado dessas pesquisadoras por meio de levantamento bibliográfico das publicações dos últimos dez anos e da identificação de grupos que seguem suas orientações teóricas e metodológicas. A proposta busca, portanto, equilibrar a análise do presente com a valorização das trajetórias acadêmicas que fundamentaram a constituição dos estudos rurais feministas e de gênero, reconhecendo a importância de preservá-las, compreendê-las e atualizá-las.

ENFOQUES E TIPOS DE GRUPOS

Para uma compreensão do enfoque analítico de grupo de pesquisa foram identificados quatro configurações, aqueles grupos com: 1) Enfoque em Ruralidades com uma linha de pesquisa em gênero; 2) Enfoque em Gênero e Ruralidades de maneira interseccional; 3) Enfoque em Gênero com uma linha de pesquisa em Ruralidades; 4) Outros.



A primeira configuração compreende grupos cujo enfoque central são as Ruralidades, mas que possuem uma linha de pesquisa voltada para o gênero. Essa categoria representa a maioria dos casos identificados, com 30 grupos,



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



indicando uma trajetória consolidada de estudos rurais que, ao longo do tempo, passaram a incorporar questões de gênero em suas agendas.

Na segunda configuração destaca-se um conjunto de 12 grupos que integram simultaneamente os enfoques de Gênero e Ruralidades, ou seja, foram concebidos desde sua origem com perspectiva interseccional. Esses grupos representam um avanço significativo no campo dos estudos, ao articular de forma integrada as dinâmicas de gênero no contexto das ruralidades brasileiras.

A terceira configuração refere-se aos grupos que têm como enfoque principal as questões de Gênero, mas que desenvolvem linhas específicas sobre Ruralidades. Foram identificados 5 grupos com esse perfil, sugerindo que, embora existam iniciativas centradas nos estudos de gênero, ainda é mais rara a incorporação do espaço rural como eixo estruturante nesses coletivos.

Além desses, foi identificada uma quarta configuração com 5 grupos com perfis mistos, como a sobreposição de enfoques. São grupos da área da Educação, Religião e outras áreas das Ciências Humanas e Sociais que merecem revisão futura quanto à categorização.

Esta análise por linha de pesquisa pelo Diretório de Grupos de Pesquisa, de forma geral, sugerem que, apesar da crescente incorporação das questões de gênero no meio rural, ainda predomina uma estrutura em que os estudos sobre ruralidades lideram a conformação dos grupos, com o gênero sendo incorporado como linha complementar. A emergência de grupos com enfoque interseccional, no entanto, aponta para um amadurecimento teórico-metodológico no campo das ciências sociais, especialmente em contextos de pesquisa crítica e interdisciplinar. É necessário uma análise mais aprofundada para compreender quando e em que circunstâncias as linhas de pesquisa de gênero e feminismo foram criadas e como as pesquisas são construídas e direcionadas.

DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

A análise regional revela uma concentração maior de grupos nas regiões Nordeste e Sudeste, conforme demonstrado no gráfico a seguir.



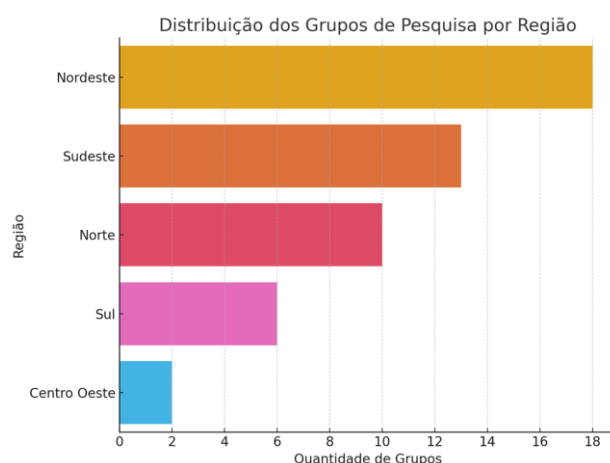
1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



A região Nordeste apresenta um total de 18 grupos, a Sudeste 13 grupos, seguido pela região Norte que apresenta 10 grupos, Sul com 6 grupos e por último com menor representatividade, a região Centro-Oeste com apenas 2 grupos. A maioria dos grupos de pesquisa são de universidades consolidadas, cerca de 69%, contra 31% de universidades criadas depois dos anos 2000, que destacamos a seguir.

A Região Nordeste desponta como a mais representada, com 18 grupos, com destaque para a Universidade Federal Rural de Pernambuco- UFRPE, que apresenta 5 dos 18 grupos de pesquisa da região Nordeste⁶.

A Região Sudeste aparece logo em seguida, com 13 grupos, mantendo sua tradição acadêmica nas ciências humanas e sociais, com prevalência de grupos em Minas Gerais (6 grupos) e no Rio de Janeiro (4 grupos)⁷. A Região Norte, com 10 grupos, destaca-se positivamente por sua expressiva presença em um território historicamente menos contemplado nas políticas de fomento à

⁶ Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal de Sergipe (UFS); Universidade Federal do Cariri (UFCA); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Estadual do Maranhão (UEMA); Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA-CE); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB); Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Universidade Federal do Maranhão (UFMA); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (IFPB)

⁷ Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade Federal de Lavras (UFLA); Instituto Federal de São Paulo (IFSP); Universidade de Araraquara (UNIARA); Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES); Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM); Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais (IFNMG)



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



**(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas**



pesquisa, com distribuição de grupos em todos os estados da região⁸. Nesta região destacam-se universidades criadas no processo de interiorização das universidades públicas brasileiras, apenas uma das universidades, a Universidade Federal do Pará, não foi criada antes dos anos 2000.

As Regiões Sul⁹ e Centro-Oeste, com 6 e 2 grupos respectivamente, apresentam os menores quantitativos, indicando áreas com menor capilaridade das agendas de pesquisa ativas em gênero e feminismo no contexto rural, no Sul tem grupos de pesquisa em todos os estados da região e no Centro-Oeste em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul¹⁰. Tais disparidades regionais reforçam a importância de políticas de indução e financiamento voltadas à interiorização e à equidade territorial da produção científica.

Quanto às universidades dos grupos de pesquisa, destaca-se, além da interiorização das universidades e da renovação do quadro de professores, como já mencionado, a presença de grupos de pesquisa vinculados a Institutos Federais. Criados majoritariamente a partir da década de 2000, os Institutos Federais têm se consolidado como importantes espaços de produção acadêmica. Essa participação indica não apenas a ampliação geográfica da pesquisa no país, mas também a diversificação dos perfis institucionais envolvidos na construção e na difusão do conhecimento sobre ruralidades e relações de gênero, principalmente na região Norte do país.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS ESTUDOS RURAIS FEMINISTAS E A REDE DE ESTUDOS RURAIS

Para uma aproximação inicial ao campo dos estudos rurais de gênero no Brasil, realizamos um levantamento detalhado a partir das informações disponíveis no site da Rede de Estudos Rurais. O foco esteve na análise da missão institucional da Rede, em sua forma de funcionamento e na sistematização dos trabalhos apresentados ao longo dos encontros nacionais, com especial atenção para os períodos anteriores e posteriores à criação de grupos de trabalho (GTs) voltados à temática de gênero. Esse mapeamento nos

⁸ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTTO); Instituto Juruá (IJ); Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT); Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA); Universidade do Estado do Amazonas (UEA); Universidade Federal do Tocantins (UFT); Universidade Federal do Pará (UFPA); Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO)

⁹ Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC)

¹⁰ Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



permite compreender não apenas a evolução da agenda, mas também a consolidação institucional e temática dessa linha de pesquisa no interior da Rede.

A Rede de Estudos Rurais foi fundada em 2006, por pesquisadoras e pesquisadores de distintas formações teóricas e disciplinares, reunidos em torno da investigação do “rural” como campo de reflexão crítica. Desde sua origem, a Rede tem por objetivo dar visibilidade à produção intelectual sobre o mundo rural, promovendo análises e debates que articulem tendências emergentes e estabeleçam pontes entre diferentes instituições. Seu formato organizativo é flexível, permitindo a constituição de GTs temporários ou permanentes, de acordo com os temas de interesse coletivo. A diversidade regional e a abertura à pluralidade de sujeitos também são marcas fundamentais dessa trajetória.

Os estudos rurais de gênero estiveram presentes desde os primeiros encontros. Em 2006, no I Encontro na Universidade Federal Fluminense (UFF), um trabalho pioneiro abordou a expressão de grupos sociais. A partir de 2007, houve um crescimento significativo das abordagens de gênero, com presença em GTs sobre trabalho na agricultura familiar e transformações produtivas. Esse movimento ganha densidade em 2008, quando o III Encontro amplia o espaço para esses estudos em seis GTs distintos, abrangendo também a participação de pesquisadoras do Norte e Nordeste do país.

Nesse encontro de 2008, destacam-se trabalhos sobre a atuação das mulheres da Via Campesina em protestos na Aracruz contra o monocultivo de eucalipto no Rio Grande do Sul (UFRRJ); investigações sobre relações entre gênero e meio ambiente em assentamentos rurais de Pernambuco (UFPE, UFRPE, FUNDAJ); análises da participação política de mulheres camponesas e do acesso ao crédito rural (UFCEG); estudos sobre maricultura e relações de gênero em Santa Catarina (UFSC); e pesquisas sobre saberes tradicionais de mulheres extrativistas na Amazônia (UFPA). Esses temas revelam o alargamento do escopo analítico das pesquisadoras, que passaram a articular questões de produção, política e cultura sob o prisma das desigualdades de gênero.

O V Encontro, realizado em 2012, também contou com ampla inserção dos estudos de gênero. Foram identificados trabalhos em seis GTs, com temas como práticas ecológicas frente à monocultura da soja (UFMA), cooperativas de flores dirigidas por mulheres (UFCEG), trajetórias políticas de artesãs na Amazônia (UFAM), invisibilidade do trabalho agrícola feminino em assentamentos (UNIARA), pesca artesanal e gestão ambiental com recorte de gênero, políticas públicas voltadas ao Pronaf Mulher (UFPA), análise histórica de legislações sobre mulheres no campo (UFPA), alimentação e trabalho em assentamentos no semiárido nordestino (UFPEL, IFPB, UEPB), entre outros.

No VI Encontro, em 2014, seis GTs novamente acolheram pesquisas sobre gênero. Destacam-se investigações sobre agroecologia e o papel das mulheres



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



no manejo de quintais produtivos (UFCG); resistência das pescadoras à injustiça socioambiental (UFRJ, UFAM); políticas públicas de ATER e desenvolvimento rural com recorte de gênero em Pernambuco (UFRRJ e UFRPE); construção de identidade de gênero pela extensão rural (UFF); farmácias comunitárias impulsionadas por mulheres camponesas (UFRGS); e vivências de jovens mulheres em assentamentos na Amazônia (UFPA). A multiplicidade de temas aponta para o aprofundamento da agenda e a consolidação do campo no interior da Rede.

A institucionalização dos estudos rurais de gênero teve um marco relevante em 2016, com a criação do GT 04 “Gênero: práticas, conflitos e transformações”. Essa iniciativa possibilitou um espaço próprio e contínuo de discussão, ao mesmo tempo em que as reflexões continuam presentes em outros GTs. Em 2016, foram abordadas também as ruralidades contemporâneas, movimentos sociais, diversidade cultural, meio ambiente e juventude rural. A criação do GT específico representou um reconhecimento da densidade teórica e empírica do campo, que já contava com uma trajetória consistente na Rede.

No encontro seguinte, em 2018, a concentração das apresentações se deu principalmente no GT “Cidadania e protagonismos políticos: redefinição de posições sociais das mulheres do campo”, com extensão para o GT sobre trabalho rural, mobilidade e expropriação de direitos. Nessa edição, a ênfase foi dada às estratégias de resistência, redes de apoio, e reconfigurações identitárias das mulheres rurais frente às transformações estruturais nos territórios.

Em 2021, observa-se nova ampliação do campo, com interlocuções em cinco GTs: agroecologia e ação pública; futuros dos estudos rurais; transformações nos modos de vida; violência no campo; e direitos de resistência. Já em 2023, houve redução no número de GTs, mas manutenção da presença do tema em quatro espaços estratégicos, reafirmando sua relevância na produção da Rede. As temáticas abordadas incluíram violências, resistências, disputas territoriais, e o papel dos movimentos sociais na construção de alternativas.

Em termos de conteúdo, alguns eixos se destacam pela recorrência e relevância: o trabalho feminino no campo, desde sua invisibilidade até sua centralidade em economias familiares e solidárias; a divisão sexual do trabalho em agroindústrias e pesca artesanal; experiências de economia solidária com pescadoras (UFRN); o trabalho reprodutivo e sua valorização simbólica (UFSC); e as reidentificações quilombolas vividas por mulheres do Vale do Jequitinhonha (UFSCar).

Outro eixo de grande importância é o das políticas públicas. A ATER foi analisada como promotora (ou não) da igualdade de gênero no Nordeste (UFRPE), ao lado de investigações sobre políticas de crédito, como Bolsa Família



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



(UFRGS), participação feminina nos programas PAA e PNAE (UFSC), e o significado social do dinheiro no cotidiano de mulheres beneficiárias (UFT).

A agroecologia ganhou destaque a partir de 2012, com reflexões sobre sementes crioulas, saberes tradicionais, economia solidária, sistemas agroflorestais e agricultura urbana (UFRPE, UFPB, UFPR, UFRGS). Em 2023, esse debate se articulou com questões raciais e ambientais, a partir de comunidades impactadas por mineração e processos de expropriação.

A luta pela terra também foi objeto de análise recorrente. Trabalhos abordaram as experiências de assentamentos com foco nas relações de gênero e geração (UFRN/UFRRJ, UNOESTE/UFPB), a presença das mulheres no MST (UFSM), e os processos de gestão coletiva da renda e da terra por mulheres assentadas (UFSCar).

A ação coletiva das mulheres rurais, iniciada com o texto inaugural de Caroline Bordalo (UFRRJ), manteve-se como tema central em várias edições, com debates sobre feminismo no campo, associativismo feminino (UFAL/UNICAMP), sindicalismo misto (UERGS/UFRGS), movimentos autônomos de jovens do MMC (UFSM) e as redes coletivas que articulam cuidado, território e resistência (UFPR, UFPA).

Outros temas emergentes incluem: os processos identitários em faxinais do Paraná (UFSC), saúde mental de mulheres rurais (UFRB), saneamento rural protagonizado por mulheres (UFMG), e as agricultoras de origem urbana no meio rural (UFSC). Também se destacam estudos poético-políticos com quebradeiras de coco babaçu (UFPI) e experiências migratórias em Minas Gerais (UNIMONTES).

Ao longo de quase duas décadas, a trajetória dos estudos rurais de gênero na Rede de Estudos Rurais reflete uma crescente complexificação temática e uma ampliação das perspectivas analíticas. A inserção consistente das questões de gênero em múltiplos GTs demonstra que esse campo de estudos consolidou-se como uma dimensão estruturante da reflexão crítica sobre o mundo rural brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada neste artigo evidencia a consolidação e expansão dos estudos rurais feministas no Brasil como campo interdisciplinar, politicamente engajado e academicamente produtivo. O mapeamento dos grupos de pesquisa e a trajetória de inserção nos encontros da Rede de Estudos Rurais revelam um processo contínuo de institucionalização que, mesmo diante de retrocessos políticos e cortes em políticas públicas, demonstrou resiliência, capacidade de articulação e ampliação de atuação.

A distribuição regional dos grupos de pesquisa, com destaque para o Nordeste e o avanço em regiões como o Norte, indica uma importante



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



diversificação territorial e institucional. A predominância de mulheres como coordenadoras e a inserção crescente de enfoques interseccionais apontam para o protagonismo feminino na construção desse campo, bem como para um amadurecimento metodológico que integra teoria, prática e militância.

A presença constante dos estudos rurais feministas nos congressos da Rede de Estudos Rurais — desde inserções pontuais até a criação de GTs específicos — demonstra o reconhecimento e a legitimidade alcançados por essas abordagens. Os temas abordados nos encontros refletem uma agenda ampla e sensível às transformações sociais, incluindo o trabalho, a terra, o cuidado, a agroecologia, os direitos sociais e a resistência política.

Por fim, os resultados aqui apresentados são apenas uma etapa inicial do projeto “Estudos Rurais Feministas, Memória e Políticas Públicas”. As próximas fases da pesquisa buscarão aprofundar a análise da produção bibliográfica, sistematizar o legado de pesquisadoras pioneiras e compreender, com maior precisão, os caminhos teórico-metodológicos trilhados por esse campo. Essa trajetória reafirma a importância de políticas públicas de fomento à ciência comprometidas com a justiça social, a equidade de gênero e a valorização dos saberes produzidos no e sobre o mundo rural.

REFERÊNCIAS

BUTTO, A. Os Estudos Rurais de gênero no Brasil: trabalho, reprodução e os modelos de agricultura In: Ciência, identidades e relações de gênero / organização, Andrea Butto, Josias de Paula Júnior, Maria do Rosário Leitão e Rosa Maria de Aquino. Campina Grande: EDUEPB, 2023. p. 11-32.

BUTTO, A; MOURÃO, P. Gênero no Meio Rural: levantamento bibliográfico (recurso eletrônico). Brasília DF: MDA, 2010. CD.

GRISA, C. ; SCHNEIDER, S. Gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil: uma análise revisitada. In: Carlos, Euzeneia; DOWBOR, Monika; ALBUQUERQUE, Maria do Carmo (org.). Consequências de movimentos sociais nas políticas públicas no Brasil: diversidade teórica e de casos, 2025.

HERRERA, K. M. A Jornada interminável: A experiência no trabalho reprodutivo no cotidiano das mulheres rurais. Tese Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências humanas, Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Florianópolis, 2019.



1 A 5 DE SETEMBRO
VITÓRIA DA CONQUISTA - BA



11º ENCONTRO da Rede de Estudos Rurais



(In)justiça social
e ruralidades em tempos
de emergências climáticas



MOURÃO, P. L. Mulheres do campo, das águas, da floresta e da esplanada: interações, avanços e desafios na produção de políticas públicas. 2023. 264 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

RICOLDI, A. M. Trabalho, Família e Política: Os estudos de gênero e os Grupos de Trabalho da Anpocs 41º Encontro Anual da ANPOCS GT 13 - Gênero, Trabalho e Família, 2017.

SILIPRANDI, E. ; CINTRÃO, R. Mulheres rurais e as políticas públicas no Brasil: abrindo espaços para seu reconhecimento como cidadãos. IN: Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural. Organizadores Catia Grisa e Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

WANDERLEY, M. N. B. Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2011.

ZARZAR, A.L.B; MOURÃO, P. L; ALVES, M.F.P Gênero no meio rural: levantamento bibliográfico. Brasília: AEGRE/MDA, 2010 (republicação em CD:Revisão bibliográfica sobre gênero no meio rural).